

Sarney, constituinte e política econômica

CORREIO BRAZILIENSE

FROTA NETO
Especial para o CORREIO

As urnas estão hoje abrindo para o Governo Sarney a necessidade de agir, e rápido, na economia. Tudo tem que acontecer, e de uma vez, em termos de realinhamento e reordenamento legal. A direção para a qual o Governo apontar tem que ser vista, entendida e implementada por todos: investidores e consumidores (industriais, financeiros e individuais) internos e os credores externos.

Uma vez isso feito, o Palácio do Planalto poderá começar a respirar menos sufocado em termos de elaboração do futuro da economia. As tensões e os confrontos tenderão a se deslocar para o plenário da Assembléia Constituinte onde tudo vai desembocar. Qualquer que seja o cenário, é preciso o reconhecimento do quão difícil é a pauta de renegociação da economia: dívida externa, distribuição da renda, modelo tripartite (estatal, privadas nacionais e multinacionais) da economia e articulação do Brasil com o resto do mundo comercial e financeiro.

Não se conhecerá para que lado o Brasil definitivamente se moverá até o final dos trabalhos da Constituinte.

Mas o Governo Sarney poderá bem indicar os caminhos. Nesse particular, os sinais que vêm das eleições de quatro de novembro nos Estados Unidos (nosso vital parceiro político e econômico) não são muito tranquilizadores. Enquanto a Casa Branca fala em "liberalizar o comércio" mundial (inclusive serviços) o Congresso americano tende a exibir um perfil protecionista face ao deficit comercial, o que envolve suas relações com o Brasil. Há fortes pressões internas tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, o que pode complicar todo o quadro exigindo que se chegue a algum tipo de composição antes do novo ano. Tem-se um cronograma complexo e sensível: Constituinte (1987) aqui e presidenciais (1988) lá, colocando em exame o "reaganismo".

Antes que se chegue a esse calendário, porém, há problemas a serem resolvidos internamente no Brasil. O Governo Sarney tem que providenciar o retorno à capacidade de investir do País. Para tanto deverá realinhar a economia no próximo dia vinte em termos de poupança e consumo. Esse realinhamento só será possível com a adoção

de mecanismos fiscais, monetários e de gestão de preços/tarifas/subsídios. Há urgência na adoção dessas medidas que não podem vir a contagias. Isso feito, cabe, então, rever a relação dívida externa/dívida interna e a pressão do custo do dinheiro entre especulação e investimento. Dado esse passo, caberá ao presidente Sarney usar o peso político para fazer com que seja a conversão de parte da dívida que financie em parte os novos e vitais investimentos.

A dívida externa é tema básico do Executivo, a ser gerenciado antes que se desloque e seja submetido ao debate e à emoção da Constituinte. A dívida é o único emparedamento a ser temido, tanto para que a inflação alta retorne quanto para que o movimento recessivo se detone. Nesse ponto, um aviso válido a todos os agentes e figurantes internos e externos da cena política: as lideranças políticas brasileiras sabem e devem saber os aliados do Brasil que quanto melhores e mais abertas forem as condições existentes no panorama econômico-social menos radical será o produto final da Constituinte.